



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Pernambuco

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA 24/09/2021

PROCESSO SELETIVO PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE).

PROVA

Este Caderno de Provas foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas e 01(uma) Redação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

REDAÇÃO

Redigir um texto Dissertativo-Argumentativo, tendo como tema: "**Século XXI: Um mundo em transformação**".

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser plagiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Ter um título;
- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ter progressão temática;
- Ser coesa e coerente;
- Ter, no mínimo 10 linhas e, no máximo, 30 linhas.

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção Pública, independente da Nota e da Classificação obtida na Prova Objetiva, o candidato que, na redação:

- Fugir completamente do tema proposto;
- Apresentar textos de forma não articulada verbalmente (números e palavras soltas);
- Desrespeitar os Direitos Humanos;
- Redigir o texto em verso;
- Entregar em branco.

TEXTO 1

ISTOÉ - O que caracteriza a "modernidade líquida"?

Zygmunt Bauman - Líquidos mudam de forma muito rapidamente, sob a menor pressão. Na verdade, são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo. No atual estágio "líquido" da modernidade, os líquidos são deliberadamente impedidos de se solidificarem. A temperatura elevada — ou seja, o impulso de transgredir, de substituir, de acelerar a circulação de mercadorias rentáveis — não dá ao fluxo uma oportunidade de abrandar, nem o tempo necessário para condensar e solidificar-se em formas estáveis, com uma maior expectativa de vida.(...)

ISTOÉ - Como fica o futuro nesse contexto de constantes mudanças?

Zygmunt Bauman - Nossos ancestrais eram esperançosos: quando falavam de "progresso", se referiam à perspectiva de cada dia ser melhor do que o anterior. Nós estamos assustados: "progresso", para nós, significa uma constante ameaça de ser chutado para fora de um carro em aceleração. De não descer ou embarcar a tempo. De não estar atualizado com a nova moda. De não abandonar rapidamente as suficientes habilidades e hábitos ultrapassados e de falhar ao desenvolver as novas habilidades e hábitos que os substituem. Além disso,

ocupamos um mundo pautado pelo "agora", que promete satisfações imediatas e ridiculariza todos os atrasos e esforços a longo prazo. Em um mundo composto de "agoras", de momentos e episódios breves, não há espaço para a preocupação com "futuro".

(PRADO, Adriana. Entrevista "Vivemos em tempo líquido: Istoe.com.br/102775 acesso em 15/09/2021

TEXTO 2

Visão holística do homem: século XXI

Deus representa o todo no universo, Ele é o próprio Universo. Dinâmico, por isso a natureza também o é. Seguindo o princípio de Lavoisier: "No mundo nada se cria, nada se perde, tudo se transforma", existe a inserção do Todo Poderoso como princípio de tudo e o homem, em geral, não se propõe às mudanças necessárias para uma vivência coerente com os paradigmas éticos e morais.

Com o passar dos séculos, na época do Renascimento, surge o Pansofismo, no período paradoxal do Barroco, vindo à tona a Reforma Protestante e a necessidade de renovação de antigas teorias, que aliassem ciência e religião. Filósofos, pedagogos, cientistas, utilizando também o raciocínio lógico, mente e religião firmaram conceitos com novos ditames. Dentre eles, salientou-e o grande educador, filósofo, teólogo, pesquisador Comênio(1592-1670). A educação segundo este educador sofreu um novo enfoque, que somente voltou a ser explorado no século XX, pois ele viu a educação como uma necessidade de ser extensiva a todos os seres humanos, incluindo pessoas com deficiência e mulheres, fugindo do conceito da época.

(CELINA, Arnes, artigo, acesso em 16/09/2021)

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2

Liberdade de Imprensa X Liberdade de Expressão

Por ACS

Ambos são considerados como direitos fundamentais, garantidos pelo artigo 5º de nossa Constituição Federal. Todavia, há algumas distinções a serem consideradas.

A liberdade de imprensa decorre do direito de informação. É a possibilidade do cidadão criar ou ter acesso a diversas fontes de dados, tais como notícias, livros, jornais, sem interferência do Estado. O artigo 1º da Lei 2.083/1953 a descreve como liberdade de publicação e circulação de jornais ou meios similares, dentro do território nacional. A liberdade de expressão está ligada ao direito de manifestação do pensamento, possibilidade do indivíduo emitir suas opiniões e ideias ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos define esse direito como a liberdade de emitir opiniões, ter acesso e transmitir informações e ideias, por qualquer meio de comunicação. Importa ressaltar que o exercício de ambas as liberdades não é ilimitado. Todo abuso e excesso, especialmente quando verificada a intenção de injuriar, caluniar ou difamar, pode ser punido conforme a legislação Civil e Penal.

(ACS. Liberdade de Imprensa X Liberdade de Expressão. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, 2021. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao>. Acesso em 05/09/2021.)

1. O texto tem por objetivo

- A) exemplificar dois direitos garantidos pela Constituição Federal.
- B) defender a ideia de que todos devem conhecer seus direitos.
- C) expor particularidades acerca de dois direitos fundamentais.
- D) apresentar e discutir as leis complementares à Constituição Federal.
- E) mostrar que a liberdade de imprensa está restrita ao território nacional.

2. Predomina no texto a função

- A) emotiva da linguagem, uma vez que o foco central do texto está na opinião do autor acerca de dois direitos constitucionais.
- B) metalinguística da linguagem, uma vez que o foco central do texto está no detalhamento do processo de construção textual.
- C) poética da linguagem, uma vez que o foco central do texto é o detalhamento das características inerentes a dois direitos constitucionais.
- D) conativa da linguagem, uma vez que o foco central do texto é convencimento do leitor acerca da limitação de dois direitos constitucionais.
- E) referencial da linguagem, uma vez que o foco central do texto é explanação objetiva da informação acerca de dois direitos constitucionais.

3.



https://www.facebook.com/tirasamandinho/photos/pb.488356901209621-2207520000_4634204389958164/?type=3&theater
BECK, A. 3842/21 Disponível em: Acesso em 05/09/2021.

A vírgula foi utilizada no primeiro quadrinho para isolar

- A) o sujeito do predicado.
- B) o vocativo.
- C) o sujeito da oração.
- D) o objeto direto.
- E) o pronome.

4.



https://www.facebook.com/tirasamandinho/photos/pb.488356901209621-2207520000_4634204389958164/?type=3&theater
BECK, A. 3842/21 Disponível em: Acesso em 05/09/2021.

Em relação aos pronomes demonstrativos presentes na tirinha, analise as afirmações a seguir.

I. No primeiro quadrinho, o garotinho deveria ter usado o pronome "esse" em vez de "este", pois o objeto ao qual se refere está perto dele.

II. No primeiro quadrinho, o garotinho poderia ter usado o pronome "esse", já que não há distinção, segundo a gramática normativa, entre "este" e "esse".

III. No segundo quadrinho, o garotinho usou corretamente o pronome "aquele", já que o objeto ao qual se refere está longe dele e de seu pai.

IV. No segundo quadrinho, o pai do garoto utilizou corretamente o pronome "esse", já que o objeto ao qual se refere está próximo do filho.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) II e III.
- E) I e IV.

5.



(LUTE. Hoje em Dia, 15/05/2020. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opin%C3%A3o/blogs/lute-do-hoje-1365314/charge-do-hoje-15-05-2020-1786760> Acesso em 04/09/2021)

Para criar o efeito de humor, o autor da charge utilizou a figura de linguagem denominada

- A) eufemismo.
- B) paradoxo.
- C) antítese.
- D) hipérbole.

E) silepse.

O "JURIDIQUÊS" EM TEXTOS JURÍDICOS

Uma linguagem evasiva, com o uso recorrente e desnecessário de adjetivos e advérbios, bem como de expressões ambíguas, termos rebuscados, excesso de latinismo, frases redundantes e parágrafos longos, conhecida como "juridiquês", quando adotada por operadores do Direito, pode comprometer o entendimento, sobretudo do cidadão comum, e até mesmo tornar-se uma barreira para o acesso à Justiça. Para ilustrar, vejamos a seguir alguns exemplos encontrados em textos jurídicos.

Termos e expressões rebuscados e/ou arcaicos:

"abroquelar" (fundamentar); "apelo extremo" (recurso extraordinário); "autarquia ancilar" (INSS); "cártula chéquica" (folha de cheque); "caderno indiciário" (inquérito policial); "com espeque / fincas / supedâneo no artigo" (com base no artigo); "consorte supérstite" (viúvo/a); "consorte virago" (esposa); "despiciendo" (desprezível); "ergástulo público" (cadeia); "exordial increpatória" (denúncia - peça inicial do processo criminal); "fulcro" (fundamento); "indigitado" (réu); "vistor" (perito). [...]

(JESUS, J. R.; EMÍDIO, V. L. O "juridiquês" em textos jurídicos. Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 04/03/2021. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/emag/emagconnecta/conexaoemag-lingua-portuguesa/o-juridiques-em-textos-juridicos/> Acesso em 05/09/2021.)

6. Com relação às palavras "juridiquês", "júri" e "jurídico", analise as afirmativas a seguir.

I. A palavra "juridiquês" é acentuada, pois todas as oxítonas terminadas em "s" são acentuadas.

II. A palavra "júri" é acentuada, pois todas as oxítonas terminadas em "i" são acentuadas.

III. A palavra "jurídico" é acentuada, pois todas as proparoxítonas são acentuadas.

IV. As palavras "juridiquês", "júri" e "jurídico" são acentuadas, pois são palavras cognatas.

É correto o que se afirma em

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.

- C) III e IV apenas.
- D) I apenas.
- E) III apenas.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 7 E 8

Epitáfio

Max Nunes

Num cemitério, sobre a laje:

- Foste um mau pai
- Foste um mau marido
- Foste um mau filho
- Foste um mau amigo
- Foste um mau irmão
- Foste um mau cristão
- Enfim: foste!

(NUNES, M. Epitáfio. Disponível em:
<https://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2014/03/textos-de-max-nunes.html?m=1> Acesso em 05/09/2021.)

7. O efeito de humor do texto decorre da

- A) homenagem ao morto ter sido feita em um cemitério.
- B) homenagem ao morto ter sido escrita sobre a laje.
- C) ambiguidade gerada por meio da forma verbal "foste".
- D) gratidão que os filhos sentem pelo pai, apesar de tudo.
- E) gratidão que a esposa sente pelo marido, apesar de tudo.

8. O sujeito da forma verbal "foste" é classificado como

- A) paciente.
- B) composto.
- C) indeterminado.
- D) desinencial.
- E) inexistente.

9.



(Disponível em <https://portuguesemplacas.blogspot.com/2014/> Acesso em 05/09/2021)

Sobre o texto verbal contido na placa, analise as afirmativas a seguir.

- I. O texto está em conformidade com a gramática normativa, pois atende às regras de concordâncias verbal e nominal.
- II. O verbo está na voz passiva, por isso não há necessidade de haver concordância com o sujeito "salas comerciais".
- III. O verbo "alugar" é transitivo indireto acompanhado de "se", por isso deve permanecer no singular, já que o sujeito é indeterminado.
- IV. O verbo "alugar" deveria estar flexionado no plural, pois deve concordar com o sujeito simples "salas comerciais".

É correto o que se afirma em

- A) I e II apenas.
- B) III e IV apenas.
- C) II apenas.
- D) III apenas.
- E) IV apenas.

10. Assinale a alternativa em que o uso da crase é facultativo.

- A) O homem foi até à recepção reclamar do atendimento.
- B) A empresa enviou, por e-mail, o contrato à cliente.
- C) O filho iria encontrar a mãe às 14 horas no shopping.
- D) Meus tios foram à Itália durante as férias de final de ano.
- E) Sentia-se mais confiante à medida que assimilava os conceitos.

DIREITO

11. A Constituição Federal de 1988 é norma fundamental, norteadora do ordenamento jurídico brasileiro e, por consequência, o conhecimento de seus ditames é de crucial importância aos operadores do direito brasileiro. Nesse sentido, a luz da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa é um dos fundamentos da Constituição Federal.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos princípios fundamentais em que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- D) Prevalência dos direitos humanos é um dos princípios constitucionais.
- E) Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, todos, são independentes e harmônicos entre si.

12. A Constituição Federal de 1988, norma suprema de nosso ordenamento jurídico, em seu artigo 5º diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" e estabelece direitos e garantias fundamentais. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que é:

- A) Livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- B) Livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- C) Assegurado a todos o acesso à informação sendo vedado o anonimato da fonte.
- D) Livre a manifestação do pensamento, preservando o direito ao anonimato.
- E) Plena a liberdade de associação de qualquer espécie, desde que para fins lícitos.

13. O texto constitucional brasileiro define que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos e define, também, os bens de

cada ente federado. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, são bens da União, exceto:

- A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- B) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- C) O mar territorial.
- D) Os recursos minerais, salvo os do subsolo.
- E) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

14. A Constituição Federal é a norma máxima, que vem estabelecer a organização político-administrativa e definir as competências de cada ente federado. Com observância aos preceitos constitucionais, são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:

- A) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- B) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- C) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
- D) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- E) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

15. "No Brasil, os atos administrativos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove contrário. Com isso não pertence a administração o ônus de provar que seus próprios atos são legais, sendo de competência do destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima."

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010

O texto faz alusão a um:

- A) Atributo do ato administrativo.
- B) Elemento do ato administrativo.
- C) Princípio da administração pública, norteador do ato administrativo.
- D) Princípio do ato administrativo.
- E) Requisito do ato administrativo.

16. Em consonância com a Lei nº 8.429 de 1992, que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, marque a alternativa que não apresenta ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, de forma expressa pela mencionada lei:

- A) Deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- B) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- C) Negar publicidade aos atos oficiais.
- D) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- E) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

17. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. É um dos atributos do ato administrativo:

- A) A moralidade.
- B) A imperatividade.
- C) A legalidade.
- D) O motivo.
- E) A publicidade.

18. No Brasil, o direito penal, matéria de direito público, regula o exercício do poder punitivo do Estado por meio de sanções, buscando prevenir reiteração de condutas criminosas na sociedade e transgressões contra a comunidade que possam

vir a lesionar bens jurídicos fundamentais à vida em harmonia. Em consonância com o Código Penal brasileiro, sobre a aplicação da Lei penal, é incorreto afirmar que:

- A) No tempo do crime considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- B) Ninguém pode ser punido por fato que lei anterior deixa de considerar crime.
- C) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- D) Para definição do lugar do crime considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- E) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

19. A Lei 13.964 de 2019, conhecida como "Pacote Anticrime", foi criada com o fim de aperfeiçoar a legislação penal e processual penal brasileira. Nesse sentido, a luz do Código Penal brasileiro, dos crimes contra a honra, é incorreto afirmar que:

- A) Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais, da rede mundial de computadores, aplica-se o triplo da pena.
- B) Se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, aumenta-se um terço da pena.
- C) A majoração da pena, aplicada àqueles que cometam crimes contra a honra, contra o Presidente da República, será a mesma aplicada aos cometidos contra chefe de governo estrangeiro.
- D) As penas dos crimes de honra contra funcionário público, em razão de suas funções, serão aumentadas.
- E) Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

20. O Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406 de 2002, define que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Nesse sentido, analise as assertivas e responda.

I - Os ébrios habituais.

II - Os viciados em tóxico.

III - Aqueles que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

IV - Aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

Das assertivas apresentadas, podemos afirmar que, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los, o representado nas assertivas:

- A) I e IV apenas.
- B) I, III e IV apenas.
- C) IV apenas.
- D) II e III apenas.
- E) I, II, III e IV.

21. O termo "pessoa jurídica" indica uma entidade formada por uma ou mais pessoas físicas, podendo ser detentora de direitos e obrigações. A luz do Código Civil brasileiro, sobre pessoas jurídicas, não é pessoa jurídica de direito privado:

- A) As fundações.
- B) Os Partidos políticos.
- C) As empresas individuais de responsabilidade limitada.
- D) As associações públicas.
- E) As organizações religiosas.

22. O Código Civil Brasileiro define que são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Dentro da referida temática, a luz do Código Civil brasileiro, é incorreto afirmar que:

- A) Terrenos destinados a serviço da administração federal são bens públicos de uso especial.
- B) Estabelecimentos da administração municipal são bens públicos de uso comum do povo.
- C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- D) Os bens públicos dominicais podem ser alienados.

E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

23. A relação jurídica consiste em um vínculo entre dois ou mais sujeitos de direito, conforme formas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, gerando direitos e/ou obrigações para as partes envolvidas. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, é incorreto afirmar que:

- A) Para a validade do negócio jurídico é necessário agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito.
- C) A impossibilidade inicial do objeto, invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, apenas quando a lei exigir de forma expressa.
- E) Na hipótese de negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

24. Em consonância com a Lei 13.105 de 2015, que define o Código de Processo Civil brasileiro, em que pese a função jurisdicional prevista pelo referido código, é incorreto afirmar que:

- A) O interesse do autor não pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- B) No Brasil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- C) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo nas hipóteses em que seja autorizado pelo ordenamento jurídico.
- D) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- E) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

25. O Código de Processo Civil brasileiro prevê que as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Normatiza ainda que a competência será

determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial. Nesse sentido, não podemos afirmar que será competente o foro:

A) Para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável de domicílio do guardião de filho incapaz.

B) Do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.

C) De domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, salvo de aeronaves.

D) De domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.

E) Do lugar do ato ou fato para a ação em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios.

26. Em conformidade com o Código de Processo Civil brasileiro, instituído pela Lei 13.105 de 2015, é certo afirmar que os atos processuais são públicos, contudo, encontramos situações em que os processos tramitaram em segredo de justiça. Analise as assertivas e responda.

Tramitaram em segredo de justiça os processos que:

I - o exijam o interesse público.

II - o exijam o interesse social.

III - versem sobre união estável.

IV - versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

A) I, III e IV apenas.

B) I, II, III e IV.

C) III e IV apenas.

D) IV apenas.

E) I e IV apenas.

27. O conhecimento dos requisitos da petição inicial é de fundamental relevância ao operador do direito brasileiro. Dos requisitos da petição inicial, definidos pelo Código de

Processo Civil, é incorreto afirmar que a petição inicial indicará:

A) O juízo a que é dirigida e os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.

B) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

C) O pedido com as suas especificações e o valor da causa.

D) A opção do autor pela realização de audiência de conciliação ou de mediação, sendo desnecessário caso não tenha interesse.

E) As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

28. O imposto trata-se de tributo cobrado pelo governo de forma obrigatória ao contribuinte, com o fim de custear determinadas despesas administrativas do Estado. Em consonância com o Código Tributário Nacional, é de competência da União instituir impostos, exceto, sobre:

A) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais.

B) Produtos industrializados.

C) Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

D) Exportação, para o exterior, de produtos nacionalizados.

E) Operações relativas à comunicação que se iniciem no exterior.

29. Advindas dos princípios e das imunidades tributárias previstas pela Constituição Federal de 1988, encontramos as limitações ao poder de tributar. Nesse sentido, sem prejuízo as garantias asseguradas ao contribuinte pela Carta Magna, é incorreto afirmar que será vedado aos entes federados:

A) Utilizar tributo com efeito de confisco.

B) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

C) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

D) Instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

E) Cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

30. Em consonância com o Código Tributário Nacional, pode-se afirmar que será de competência privativa da autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, e define ainda as hipóteses em que o crédito tributário será extinto. São situações em que o crédito tributário será extinto, exceto:

- A) O depósito do seu montante integral.
 - B) A compensação.
 - C) A transação.
 - D) A prescrição e a decadência.
 - E) A conversão de depósito em renda.
-